

POLÍTICAS PÚBLICAS: ARTICULAÇÕES DISCURSIVAS QUE INFLUENCIAM O CAMPO EDUCACIONAL

DIANA CIBELE DE ASSIS FERREIRA
UFPE

JANINI PAULA DA SILVA
UFPE

KÁTIA SILVA CUNHA
UFPE

INTRODUÇÃO

As relações entre sociedade civil e Estado são movidas por tensões que refletem disputa hegemônica de poder. No campo educacional podemos perceber claramente como algumas políticas de governo atuam nocivamente contra as demandas da sociedade, ao congelar gastos com educação, desmontar políticas públicas que incidem no campo social e retirando dos atores sociais sua condição de sujeitos do processo, colocando-os na posição de números, conteúdos e percentuais. Porém esse constante olhar colonial e esse não reconhecimento do “outro”, acentua desigualdades sociais e econômicas que vão se naturalizando na sociedade. É papel da escola rejeitar essa naturalização e reconhecer os vários outros que adentram seus espaços, trazendo suas histórias, suas demandas e suas exigências quanto ao seu reconhecimento.

Ao longo de nossas reflexões discutiremos sobre o quão disputado é o campo das políticas públicas. Desta forma não podemos subjugar as influências exercidas pela globalização, neoliberalismo e mercado internacional em seu campo. Tão pouco, podemos abandonar o olhar crítico-analítico à suas formulações. Nesse sentido, dialogaremos também com discursos que tem se articulado ao longo da última década e que embora sem alcançar o êxito desejado, continua minar sua ideologia disfarçada de descomprometimento a viés político-partidário, porém com apoios evidentes de segmentos mais reacionários da sociedade política e civil. Os esforços em articular discursos robustos que adquiram legitimidade no campo das políticas públicas estão sempre alicerçados à ideologias políticas.

Nesse contexto, entendemos que uma política pública se apresenta como reguladora de conflitos entre seus interessados, tentando articular de modo equivalente os interesses individuais e coletivos, constituindo certa ordem. Mas, também se mostrando a partir da mobilização de recursos, como elemento de participação política popular. Nesse sentido, o tema em disputa consegue ser incorporado na agenda tornando-se um problema passivo de ser transformado em política pública. A introdução do problema na agenda política irá refletir sua priorização, por isso as agendas são um campo disputado pelos atores sociais. Assim, “[...] a identificação do problema e a construção da agenda envolvem valores e interesses, estão condicionados a elementos ideológicos e a projetos políticos e refletem as relações de poder entre os atores sociais envolvidos” (SERAFIM e DIAS, 2012, p. 123).

1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS COMO CAMPO DE DISPUTA HEGEMÔNICA

Pesquisas em políticas públicas apontam que a globalização, o neoliberalismo e o mercado internacional exercem grande influência na definição das políticas educacionais, a lógica homogeneizante que acompanha essas políticas busca adequar à sociedade as novas configurações de desenvolvimento do capital. “É nessa configuração que o Estado neoliberal se instala, como uma espécie de reforço ao capitalismo como modo de produção e de vida, aumentando as divisões sociais na medida em que incentiva a competitividade, instituindo o darwinismo social” (MAUÉS, 2003, p. 10).

É nesse contexto de globalização e neoliberalismo [...] que vai se dar uma intervenção mais direta dos organismos internacionais nos Estados-nação, dentre outras formas, por meio da educação, objetivando alinhá-los a essa nova ordem econômica, política e social. Os organismos internacionais passaram a determinar as metas que os países devem atingir, também em matéria de educação (Idem, 2003, p. 12).

Muitas vezes subjugamos a influência dos pressupostos neoliberais, bem como os processos de globalização na formulação de políticas públicas educacionais, mas o mercado internacional consegue exercer grande influência na implementação destas políticas. O objetivo destes organismos internacionais é reorganizar e descentralizar, focando na gestão, na equidade, no financiamento e no aperfeiçoamento. Entendemos então, que as políticas públicas das últimas décadas têm buscado responder ao chamado do mercado internacional, nesse sentido a educação toma um formato diferente das finalidades antes enunciadas e passa a representar outro discurso que se pretende hegemônico, articulando demandas do mercado, do capital, do neoliberalismo e da globalização enquanto suas principais referências.

Assim, de acordo com BALL (2006), compreendemos que uma política não deve ser realizada da mesma maneira em todos os lugares – porque isso faz parte da fantasia de globalização dos formuladores de políticas – e sim, entender que as condições, recursos, histórias e compromissos locais serão diferentes e que por isso a realização da política tende também a ser diferente. O autor chama nossa atenção para o fato de que as políticas em sua trajetória evoluem ou se modificam ao longo do tempo e

espaço, assim como suas incoerências podem ter seus sentidos transformados, por isso o fator tempo é um elemento que deve ser considerado nos processos políticos e nas análises desses processos. “O estudo das políticas públicas deve partir do reconhecimento da diversidade das organizações estatais, da pluralidade dos grupos de interesses e das múltiplas formas de relacionamento entre esses sujeitos” (MAINARDES, 2009, p. 11). Mas, é preciso preservar um olhar crítico-analítico em relação a tais políticas, em especial as educacionais, para que não tragam como pano de fundo o fortalecimento de determinados grupos com interesses particularistas, o fortalecimento do setor privado ou sirvam como instrumento para acentuar ainda mais as fronteiras que dividem a sociedade.

2. METODOLOGIA

Traçamos o caminho metodológico do nosso texto utilizando como aporte teórico metodológico e instrumento de análise a Teoria do Discurso na perspectiva de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), entendendo a educação do campo como um significante vazio. Também faremos uso do discurso como categoria de análise, uma vez que nosso entendimento caminha com o que é proposto por Laclau, onde o discurso é uma totalidade que envolve o linguístico e o não linguístico. O sentido de discurso aqui referido envolve mais do que a fala ou registros textuais, nos traz um sentido de ação.

2.1 E AS REFORMAS EDUCACIONAIS NÃO EXITOSAS, SEUS DISCURSOS SE MANTÊM?

É preciso analisar de forma cuidadosa a realidade educacional que o Brasil apresenta, envolta a ataques parlamentares, jurídico, midiático, econômico e social que tem enfrentado desde 2016. Com o retorno de governos de direita e extrema-direita que não se preocupam com a qualidade de universalização da educação em seus níveis, nem com o fortalecimento de políticas sociais e afirmativas. Presenciamos a continuidade de uma educação elitista, com sua qualidade voltada exclusivamente a uma determinada classe e comprometida com a ascensão de seus valores culturais. Restando a classe trabalhadora formação preparatória à mão de obra para mercado de trabalho.

Chamamos atenção para ideia ainda forte de currículo como instrumento de controle social e como os discursos gerados no campo

educacional, mesmo das reformas não exitosas conseguem se estabelecer. Diante dos discursos conservadores que fortemente pressionam o campo educacional – ora aparecendo de forma mais latente, ora mostrando de forma mais aberta suas intencionalidades, nos remete a necessidade de examinar os vários discursos que se colocam em disputa no campo, sobretudo os discursos políticos educacionais, no sentido de desconstruir suas relações de poder.

Determinadas formações discursivas podem tornar-se mais temerosas que reformas legalmente implantada, porque mesmo sem sucesso e/ou força de lei, essas reformas não exitosas acabam por gerar discursos educacionais que se mantém e permanecem se articulando/rearticulando no campo, esperando o terreno fértil para por suas ideias em prática por meio da legalidade, como podemos tomar, por exemplo, os discursos do Projeto de Lei Escola Sem Partido que se apresentam dentro de certo campo ideológico ou dentro de um processo de articulações discursivas e que têm capitado cada vez mais identificações de vários sujeitos.

Os idealizadores do Projeto de Lei (PL) Nº 867/2015 e os parlamentares identificados com seu conteúdo, sem exceção defenderam o golpe de 2016. Atuando em várias frentes, o PL tem ganhado visibilidade e apoio de diversos parlamentares de linha conservadora e, sobretudo da bancada evangélica. Confirmando a ligação bastante forte, uma vez que, os autores do referido projeto compõem os setores evangélicos. A verdade é que o setor evangélico tem se colocado como um atrativo cada vez mais amplo a setores ligados ao conservadorismo social e político, um fenômeno sem dúvida digno de esforços em investigação, mas que não serão explorados neste ensaio. Por hora coube-nos apenas chamar atenção para a possível aliança, mesmo que indecorosa entre o neoliberalismo radical e o moralismo de base religiosa.

2.2 UM DISCURSO PERVERSO, SEM BASE LEGAL, MAS EM DISPUTA

O discurso que constitui o Projeto de Lei Escola Sem Partido representa ameaça aos valores de liberdade, o convívio democrático, o respeito às diferenças, a socialização e a formação humana nas escolas públicas. Ao sinalizar para uma escola sem ideologia, o que já a coloca dentro de um grande equívoco, visto que essa forma de pensamento já caracteriza um tipo de ideologia acaba por apresentar em sua natureza um forte

traço contraditório, quando compreendemos o processo educativo como um ato eminentemente político (Frigotto, 2017)

O PL aqui discutido carrega em suas intenções o empoderamento de pais e estudantes que se colocam como preocupados com contaminação político- ideológica nas instituições de ensino no Brasil. Camuflado em um discurso mais geral condena a doutrinação político ideológica em respeito às convicções políticas – ideológicas – morais e religiosa da família. Porém sua essência busca aniquilar o processo formativo que discute, analisa e problematiza as concepções políticas, sociais, culturais e econômicas hegemônicas, assim como as questões relacionadas ao gênero a sexualidade e aos modelos familiares. Negando também críticas ao sistema capitalista e a educação conservadora (Algebaile, 2017).

Procedimentos como vigiar, controlar, criminalizar, punir e criar anteprojetos de leis educacionais fazem parte de seus pilares. Assim, entende que todos os conteúdos que não estejam em conformidade com as convicções de alunos, pais, responsáveis, igreja e/ou ligados aos valores da família, devem ser denunciados ao Ministério Público. “A vigilância ideológica não recairia apenas sobre o exercício da docência, mas, no que coubesse, se aplicaria também aos livros didáticos e paradidáticos, as avaliações para o ingresso no ensino superior e as provas de concurso para ingresso na carreira docente” (FERREIRA, 2020, pag. 162). Mesmo que a intenção primeira não seja criminalizar por meio da exposição de professores e instituições, obter o controle das atividades escolares, dos docentes e das discussões educacionais sem dúvida é uma prioridade.

A grande ilusão que o Escola Sem Partido tenta vender é sua natureza apartidária ou qualquer espécie de articulação política – ideológica. Quando dissemina a falsa dicotomia que existem escolas com e sem partido trazem no cerne de seu discurso a intenção de que professores não sejam educadores, apenas transmissores de matérias e tarefas, porque qualquer passo além do movimento mecânico se apresenta como ameaça. Qualquer coisa além da mera transmissão de conhecimento é doutrinação ideológica.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas, principalmente as educacionais, vêm ao longo da história influenciando e atingindo o campo da educação - as vezes de formas questionável - quando intencionam transformar princípios em resultados e auto-interesse em estímulos. Muitas vezes por enfatizar de

maneira falsa a possibilidade de uma sociedade harmoniosa e sem conflitos, acaba por desprezar os particularismos e antagonismos existentes no campo social. Essa forma de pensamento prejudica a concepção de democracia que reconhece as diferenças como constituidores das relações sociais e acabam por acentuam formas de exclusão e desigualdades sociais.

Desta maneira compreendemos a partir de Laclau e Mouffe (2015) que aceitar o caráter contingente e radicalmente aberto dos valores sociais é condição primeira para o pensamento de uma sociedade radicalmente aberta, onde a cidadania é entendida como uma identidade política, que se vincula através do conjunto de valores ético-políticos, intencionando uma real possibilidade de vida democrática.

Precisamos insistir na organização política e nas articulações discursivas que possibilitam forma e força de atuação a nossas demandas, para resistir aos sucessivos golpes que o campo educacional tem sofrido. Para tanto precisamos entender as lógicas políticas – nacionais e internacionais – que motivam esses processos e rompem com a ordem democrática.

Garantir um espaço escolar que seja de colaboração, de coletividade, colegiada e solidária é sempre uma realidade urgente. E dentro dessa realidade não cabem suspeições ou judicializar relações e práticas forçando a escola a viver sob a intervenção de quem dela não participa. Educação não é prática descontextualizada ou se materializa na neutralidade, por isso não há como pensar qualquer projeto que dispute o campo, se articule discursivamente, adquira força de legalidade e se dirija as escolas, a revelia dos ali estão. Será que estamos atentos aos sinais de desagregação e intolerância que disputam espaços na sociedade e que buscam a legitimidade de seus discursos por meios das bases legais? Restamos refletir.

Palavras-chave: Políticas públicas; Discurso; Hegemonia.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. Escola sem Partido: o que é, como age, par que serve. In: **Escola “Sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**/organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

FERREIRA, André. Combate à educação esquerdizante: a oposição aos processos de educação emancipadora e cidadã no Brasil. **O Brasil em tempos**

sombrios / organizado por José Adilson Filho. São Paulo, SP: Editora Liber Ars, 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo de serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: **Escola "Sem" Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**/ organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

LACLAU, Ernesto (1935-2014); Mouffe, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical.** / Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Tradução de Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral – São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015. (Coleção Contrassensos).

MAINARDES, Jefferson. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. **Contrapontos**, Itajaí 2009, v. 9, n. 1, p. 4-16, jan/abril 2009.

_____. **Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais.** *Educação e Sociedade*, Campinas, Vol. 27, nº 94, p. 47 -69, jan/abr. 2006.

MAUÉS, Olgaíses. Os organismos internacionais e as políticas públicas educacionais no Brasil. In Luiz Alberto Oliveira Gonçalves (organizador). **Currículo e políticas públicas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SERAFIM, Milena Pavan; Dias, Rafael de Brito. Análise de Política: uma revisão da literatura. **Cadernos de Gestão Social**, v. 3, n. 1, p. 121-134, jan/jun 2012.